

# Os Angolanos consideram os abusos e a negligência para com as crianças como problemas que requerem ação do governo

**Afrobarometer Edição No. 613 | Edmundo Francisco e Carlos Pacatolo**

## Sumário

Em 2007, o governo de Angola adotou os “11 Compromissos com as Crianças,” um instrumento de nível nacional para concretizar os valores expressos na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (1989) (Conselho Nacional da Criança, 2011).

Estes compromissos, que orientam a ação do governo sobre o bem-estar infantil, estabelecem uma base legal para a proteção dos direitos das crianças à educação, saúde e proteção contra a negligência, o abuso, a violência física e a psicológica, a discriminação, o trabalho infantil, a exploração sexual e as outras ameaças ao bem-estar.

Mas o progresso na garantia desses direitos é lento. De acordo com o Banco Mundial (2021), metade das crianças angolanas com menos de 5 anos são anêmicas, enquanto mais de um terço são atrofiadas e quase um quinto tem baixo peso. Enquanto o país luta contra a seca mais severa em décadas, as crianças de Angola enfrentam uma exposição extremamente alta aos efeitos das mudanças climáticas (UNICEF, 2023; Phillips, 2021).

O Inquérito de Indicadores Múltiplos e Saúde de 2015-16 revelou que quase um quarto (23%) das crianças angolanas com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos se envolveram em trabalho infantil, incluindo 12% que trabalharam em condições perigosas (Instituto Nacional de Estatística, 2017). A seca força muitas crianças a abandonar o sistema educacional para pastorear o gado, cavar poços e coletar a água; mais de 2 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola (U.S. Department of Labor, 2021).

Segundo o Instituto Nacional da Criança, mais de 4.000 crianças menores de 14 anos sofreram abuso sexual durante o período de 12 meses, entre junho de 2020 e junho de 2021 – um número que não inclui os muitos casos de violência sexual que nunca são denunciados (Human Rights Watch, 2022).

Este dispatch reporta os dados de um módulo especial da pesquisa, incluído no questionário da Ronda 9ª do Afrobarometer (2021/2023) para explorar as atitudes e percepções dos Africanos relacionadas ao bem-estar infantil.

Embora a maioria dos Angolanos rejeitem o uso da força física para disciplinar as crianças, a maioria diz que este é um fenômeno frequente em suas comunidades. Muitos também descrevem o abuso infantil, a negligência e as crianças fora da escola como comuns. Apenas metade dizem que crianças abusadas ou negligenciadas podem encontrar ajuda na comunidade, e menos ainda relatam que há apoio disponível para crianças com deficiência ou problemas de saúde mental. A maioria dos cidadãos acreditam que o governo está a fazer um trabalho pobre na proteção e promoção do bem-estar de crianças vulneráveis.

## Inquéritos do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 (2021/2022) estão em andamento. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos, entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

## Principais conclusões

### **Disciplinar fisicamente as crianças:**

- A maioria (54%) dos Angolanos disseram que “nunca é justificado” os pais disciplinarem os filhos com recurso a força física, apesar de mais de quatro em cada 10 (44%) não se oporem a esta prática.
- Mais de seis em cada 10 Angolanos (63%) disseram que a violência física contra as crianças era um fenómeno frequente nas suas comunidades.

### **Crianças abusadas, negligenciadas e fora da escola:**

- Mais de metade das cidadãs e cidadãos Angolanos (54%) revelaram que o abuso e a negligência contra as crianças ocorrem “frequentemente” (32%) ou “muito frequentemente” (22%) nas suas comunidades.
- Sete em cada 10 Angolanos (70%) afirmaram que as crianças em idade escolar da sua comunidade não frequentam a escola.

### **Disponibilidade de apoio comunitário para crianças vulneráveis:**

- Cerca de metade dos Angolanos (49%) “concordam” ou “concordam fortemente” que os membros da sua comunidade são capazes de ajudar crianças agredidas, maltratadas ou negligenciadas.
  - Mas a maioria relatam que os serviços de apoio não estão disponíveis para as crianças com deficiência (51%) e para as crianças e os adultos afetados por problemas mentais ou emocionais (53%).

### **Desempenho do governo na garantia do bem-estar das crianças vulneráveis:**

- No geral, quase dois terços (64%) dos Angolanos pensam que o governo está a fazer um mau trabalho na protecção e promoção do bem-estar das crianças vulneráveis.

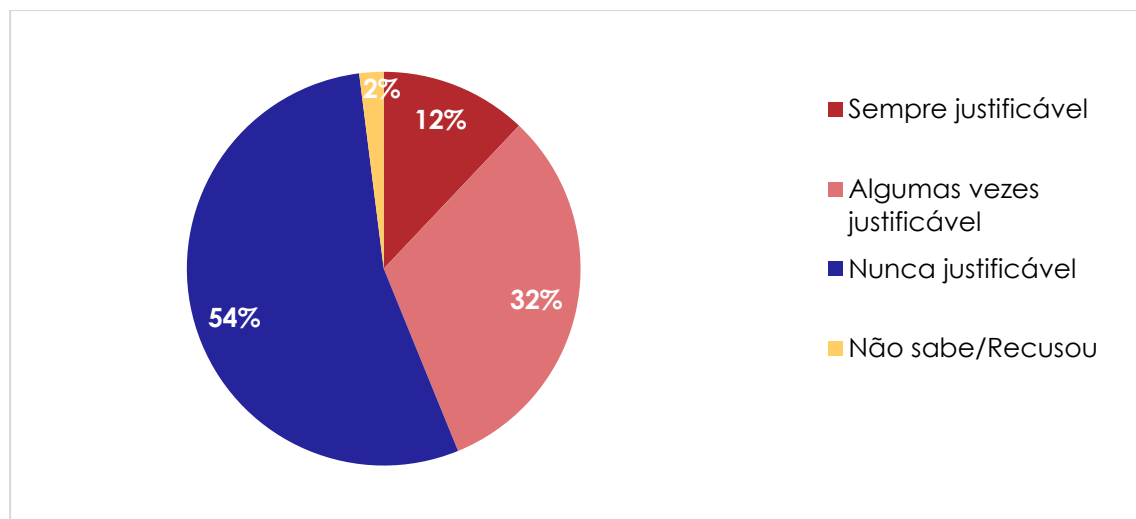
## Disciplinar fisicamente as crianças

A disciplina é parte integrante da criação dos filhos. Mas o uso de força física para disciplinar as crianças deve ser considerado apropriado ou abusivo?

Mais de metade (54%) dos Angolanos consideram que “nunca é justificável” os pais usarem a força física para disciplinar os filhos, enquanto mais de quatro em cada 10 (44%) dizem que esta prática “às vezes é justificável” (32%) ou “sempre justificável” (12%) (Figura 1).

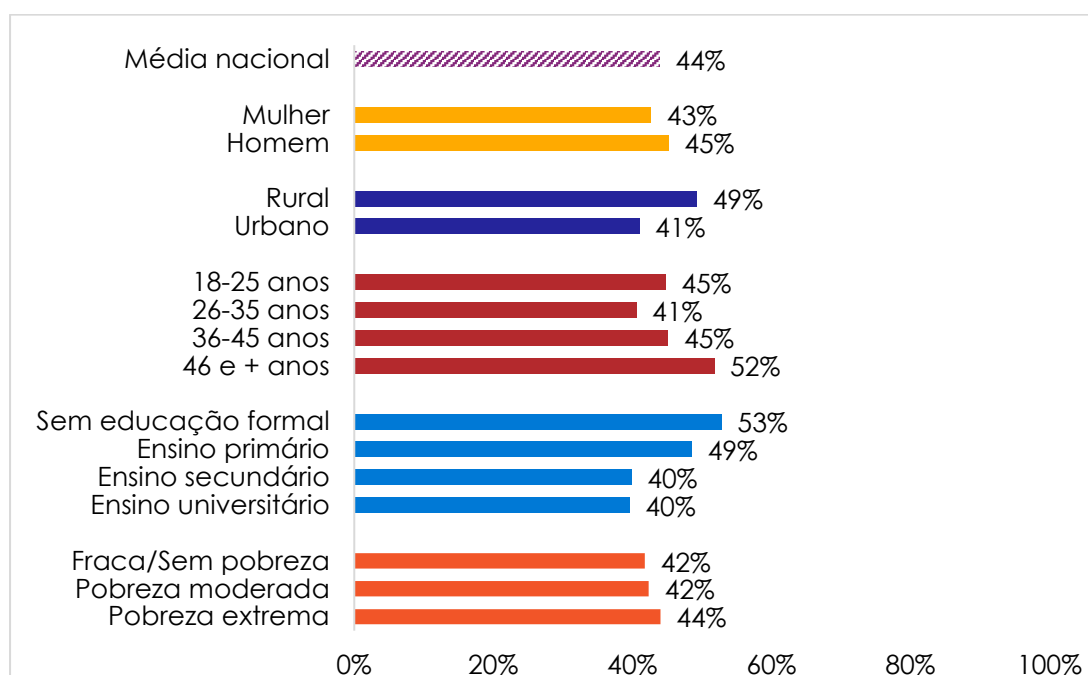
Os residentes rurais são mais propensos do que os urbanos a defender o uso da força física para disciplinar as crianças (49% vs. 41% que dizem que isso é justificável pelo menos às vezes) (Figura 2). A prática também é mais amplamente aceite entre os cidadãos mais velhos (52% das pessoas com mais de 45 anos) e entre aqueles sem educação formal (53%) do que entre os mais jovens e mais instruídos.

**Figura 1: É justificável os pais usarem força física para disciplinar seus filhos?**  
 | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Para cada uma das seguintes ações, diga-me, por favor, se você pensa que pode ser sempre justificável, algumas vezes justificável, ou nunca justificável: Os pais usarem a força física para disciplinar os filhos?

**Figura 2: Usar força física para disciplinar os filhos é algumas vezes/sempre justificável** | por grupos demográficos | Angola | 2022

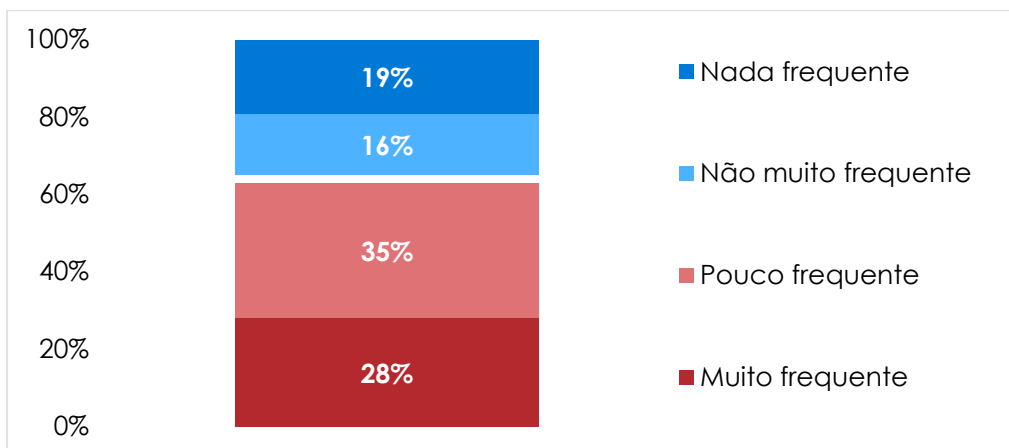


**Pergunta aos respondentes:** Para cada uma das seguintes ações, diga-me, por favor, se você pensa que pode ser sempre justificável, algumas vezes justificável, ou nunca justificável: Os pais usarem a força física para disciplinar os filhos? (% que disse "algumas vezes justificável" ou "sempre justificável")

Na prática, mais de seis em cada 10 Angolanos (63%) dizem que os adultos da sua comunidade “muito frequente” (28%) ou “pouco frequente” (35%) usam a força física para disciplinar as crianças (Figura 3). Cerca de um terço vê isso como uma ocorrência “não muito frequente” (16%) ou “nada frequente” (19%).

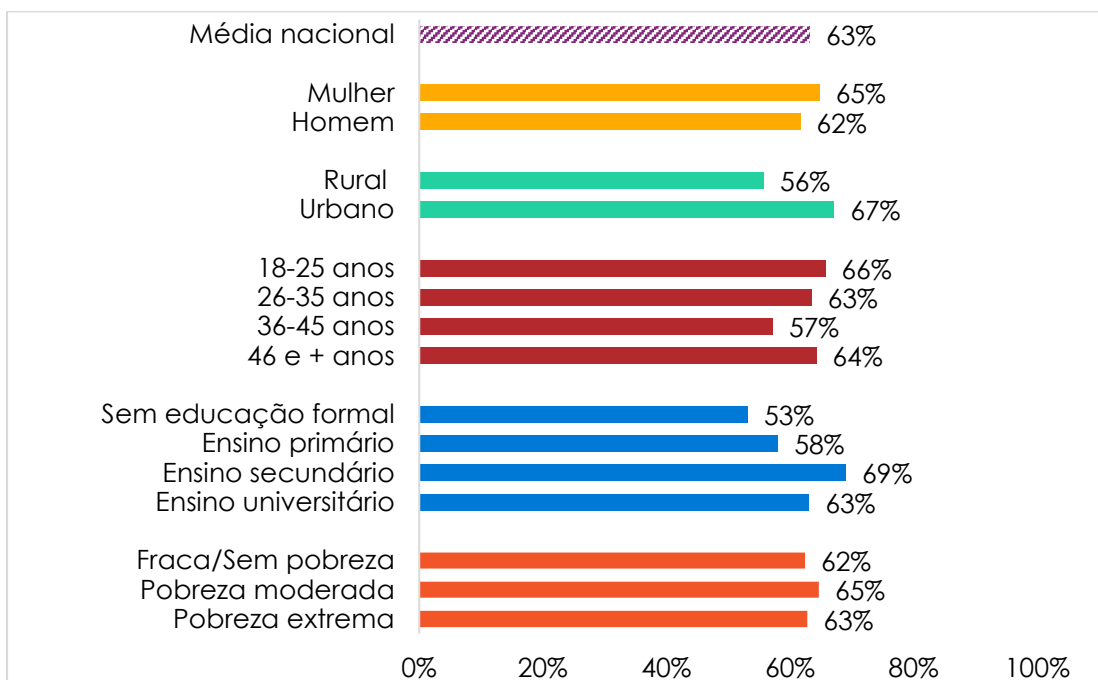
A percepção de que as pessoas em sua comunidade frequentemente usam a força física para disciplinar as crianças é mais difundida entre os cidadãos com altos níveis de escolaridade (63%-69% daqueles com ensino superior ou médio) e entre os urbanos (67% vs. 56 % de residentes rurais) (Figura 4).

**Figura 3: Com que frequência os adultos usam força física para disciplinar as crianças? | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: Adultos usam a força física para disciplinar as crianças?

**Figura 4: Os adultos usam força física para disciplinar as crianças | por grupos demográficos | Angola | 2022**



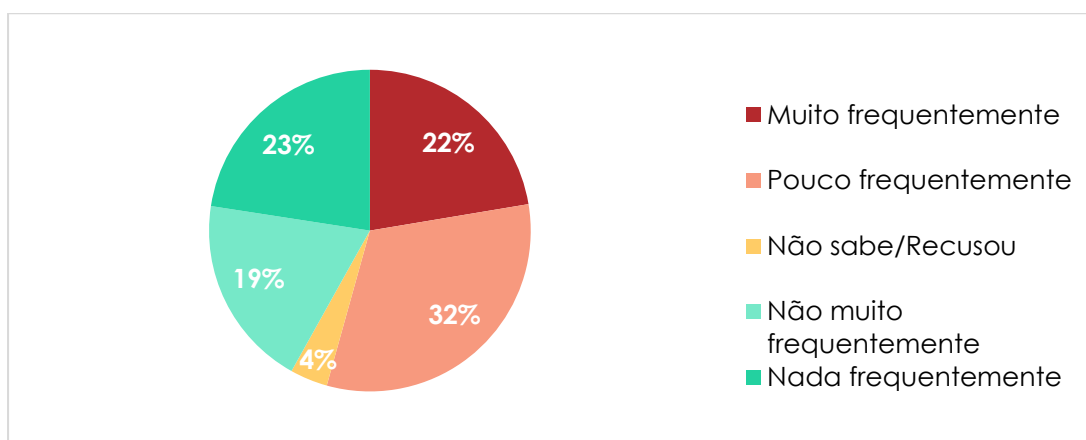
**Pergunta aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: Adultos usam a força física para disciplinar as crianças? (% que disse “pouco frequente” ou “muito frequente”)

## Crianças abusadas ou negligenciadas

Questionados sobre a frequência com que pensam que as crianças na sua comunidade são abusadas, maltratadas ou negligenciadas, mais de metade (54%) dos Angolanos dizem que isto é “muito frequentemente” (22%) ou “pouco frequentemente” (32%), enquanto 42% relatam que o abuso e a negligência são “não muito frequentemente” (19%) ou “nada frequentemente” (23%) (Figura 5).

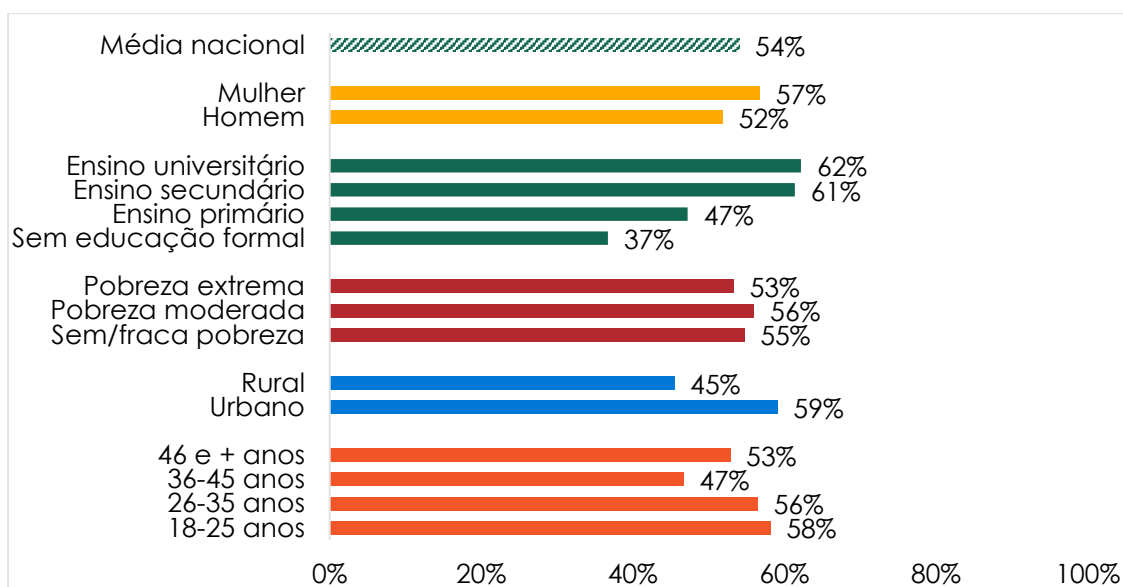
As mulheres (57%), os cidadãos mais instruídos (61%-62%) e os residentes urbanos (59%) têm maior probabilidade de ver o abuso infantil e a negligência como problemas frequentes na sua comunidade do que os homens (52%), os respondentes com menos escolaridade (37%-47%) e os residentes rurais (45%) (Figura 6).

**Figura 5: Frequência de ocorrência de abuso ou negligência contra a criança**  
 | Angola | 2022



**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: As crianças são agredidas, maltratadas ou negligenciadas?

**Figura 6: Percepção do abuso ou negligência contra as crianças | por grupos demográficos**  
 | Angola | 2022



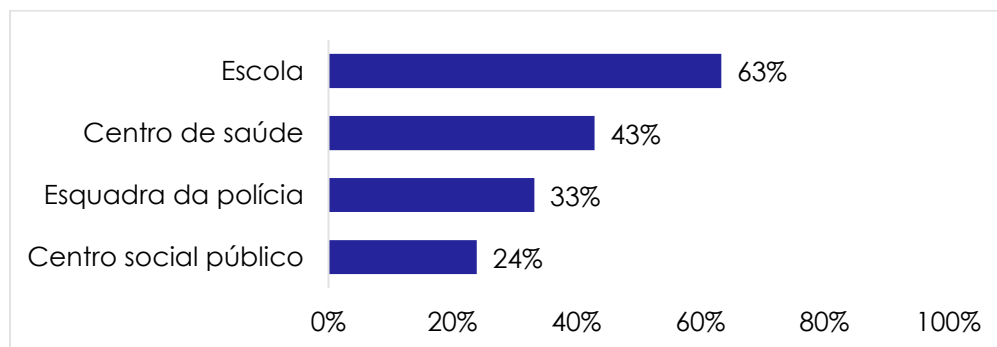
**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: As crianças são agredidas, maltratadas ou negligenciadas? (% que disse “pouco frequentemente” ou “muito frequentemente”)

## Ajuda para crianças vulneráveis

Para as crianças que enfrentam grandes desafios, os serviços de apoio podem ser cruciais para prepará-las para uma vida plena e bem-sucedida. Até que ponto esses serviços estão disponíveis no nível da comunidade?

Com base nas observações das equipes de campo do Afrobarometer em todas as secções censitárias que visitaram, menos de dois terços (63%) dos Angolanos vivem a uma curta distância de uma escola. Menos da metade tem posto de saúde próximo (43%) ou esquadra da polícia (33%). Cerca de um quarto (24%) tem acesso a um centro social público próximo onde as pessoas podem solicitar ajuda (Figura 7).

**Figura 7: Disponibilidade de serviços públicos na comunidade | Angola | 2022**



**Os inquiridores foram recomendados a registrar:** Na secção censitária que visitou estão disponíveis os seguintes serviços ou a uma distância razoável para caminhar: Escola (privada, pública ou ambas)? Posto policial? Posto de saúde (privado, público ou ambos)? Centro social, centro de ajuda governamental, ou uma representação governamental que ajuda as pessoas a resolver os seus problemas? (% "sim")

Relativamente a serviços de apoio mais especializados, cerca de metade (49%) dos Angolanos dizem que as pessoas da comunidade, geralmente, podem obter ajuda para crianças que sofrem abusos, maus-tratos ou negligência, enquanto 40% discordam (Figura 8).

Menos de quatro em cada 10 inquiridos relatam que a ajuda, geralmente, está disponível para as crianças com deficiência (39%) e para as crianças e os adultos afetados por problemas mentais ou emocionais (34%).

As avaliações da disponibilidade de serviços de apoio diferem significativamente de acordo com o nível educacional e econômico dos entrevistados.

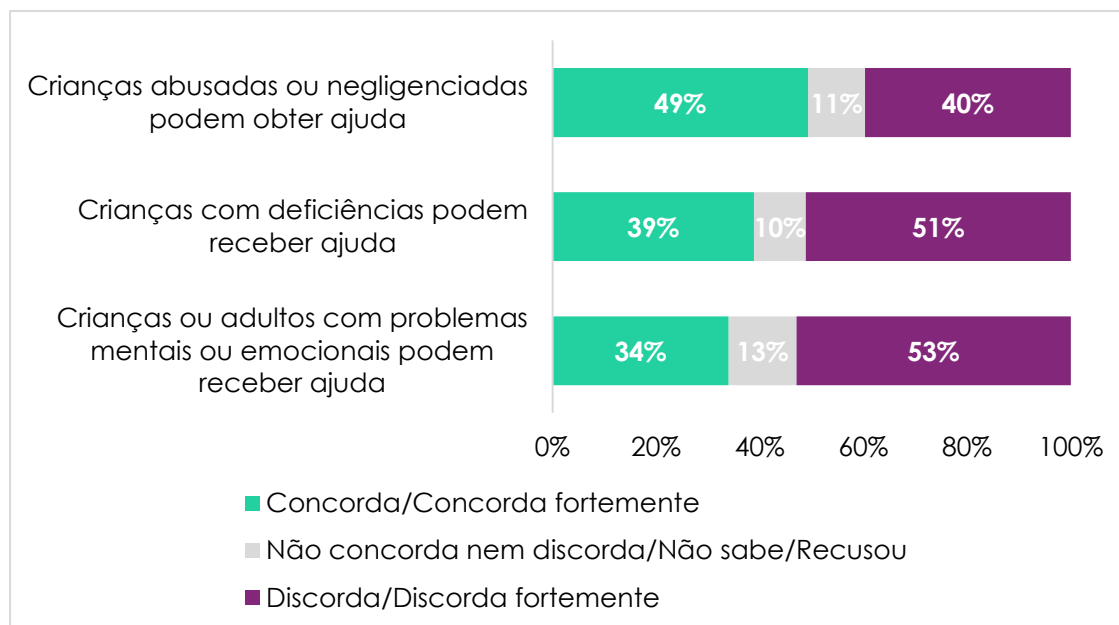
Os inquiridos mais educados são menos propensos a relatar que os serviços de apoio estão disponíveis para as crianças com deficiência (36% das pessoas com qualificações universitárias, vs. 42% das pessoas sem escolaridade formal) (Figura 9). E as avaliações divergem acentuadamente quando se trata de ajudar as crianças e os adultos com problemas mentais ou emocionais, variando de apenas 24% dos entrevistados mais instruídos a 49% daqueles sem educação formal.

O padrão é diferente visto a partir da experiência de pobreza<sup>1</sup>: os cidadãos mais pobres são significativamente menos propensos a relatar que o apoio está disponível para as

<sup>1</sup> O Índice de Pobreza Vivida (LPI) do Afrobarometer mede os níveis de privação material dos entrevistados, perguntando com que frequência eles ou suas famílias ficaram sem necessidades básicas (comida suficiente, água suficiente, assistência médica, combustível suficiente para cozinhar e renda em dinheiro) durante o ano anterior. Para saber mais sobre a pobreza vivida, consulte Mattes & Patel (2020).

crianças abusadas e as negligenciadas, as crianças com deficiência e as pessoas com problemas mentais ou emocionais (Figura 10).

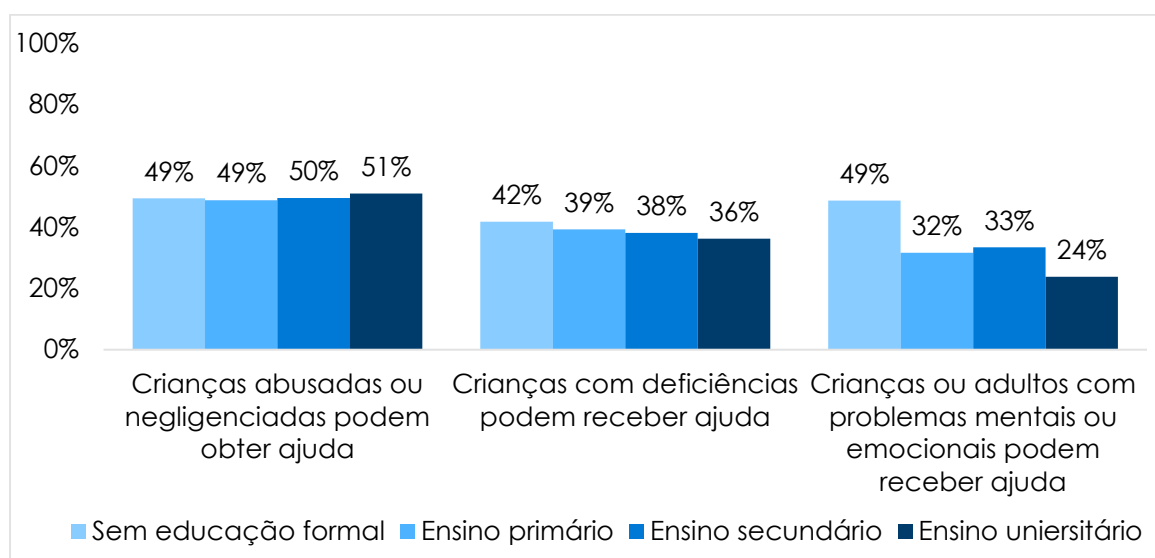
**Figura 8: Disponibilidade de ajuda para crianças vulneráveis | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me, por favor, se você discorda ou concorda:

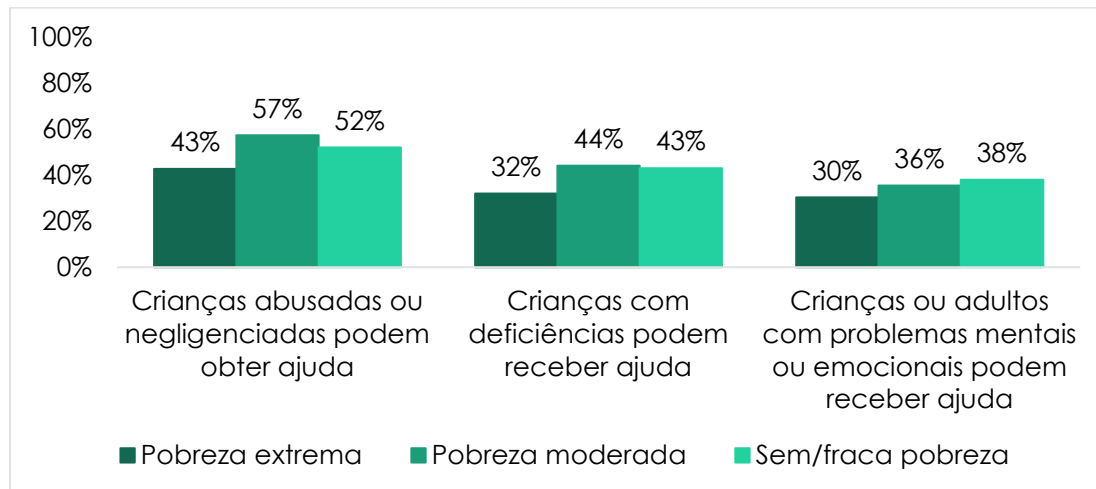
- No geral, as pessoas nesta comunidade são capazes de ajudar crianças que estejam a ser agredidas, maltratadas ou negligenciadas.
- Na minha comunidade, as crianças com deficiência física geralmente obtêm a ajuda necessária para ter sucesso na vida.
- Na minha comunidade, crianças e adultos com problemas mentais e emocionais geralmente obtêm a ajuda necessária para viver bem.

**Figura 9: Disponibilidade de ajuda para crianças vulneráveis | pelo nível de escolaridade | Angola | 2022**



% que "concorda" ou "concorda fortemente" que, no geral, as pessoas na sua comunidade são capazes de ajudar as crianças que estejam a ser abusadas, maltratadas ou negligenciadas; as crianças com deficiência física; e as crianças e os adultos com problemas mentais e emocionais.

**Figura 10: Disponibilidade de ajuda para crianças vulneráveis | pelo nível de pobreza | Angola | 2022**



% que "concorda" ou "concorda fortemente" que, no geral, as pessoas na sua comunidade são capazes de ajudar as crianças que estejam a ser abusadas, maltratadas ou negligenciadas; as crianças com deficiência física; e as crianças e os adultos com problemas mentais e emocionais.

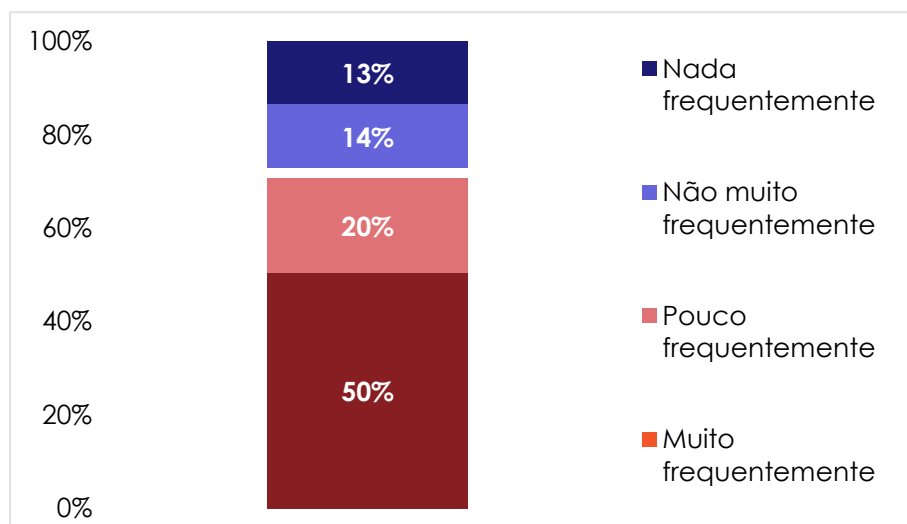
### Desempenho do governo na garantia do direito à educação das crianças

Sete em cada 10 Angolanos (70%) dizem que é comum ver as crianças em idade escolar que não estão na escola, incluindo 50% que dizem que esta é uma ocorrência "muito frequente" (Figura 11).

Os cidadãos em melhor situação (65%) têm menos probabilidade do que os seus homólogos mais pobres (72%-73% dos que vivem em situação de pobreza extrema ou moderada) de relatar que as crianças em idade escolar estão fora da escola (Figura 12)

Questionados sobre o quão bem o governo está a lidar com a resolução das necessidades educacionais, apenas 28% dos Angolanos dizem que está a fazer um trabalho "razoavelmente" ou "muito" bom (Figura 13). As avaliações são particularmente negativas em Luanda (16% de aprovação) e entre os inquiridos sem escolaridade formal (16%).

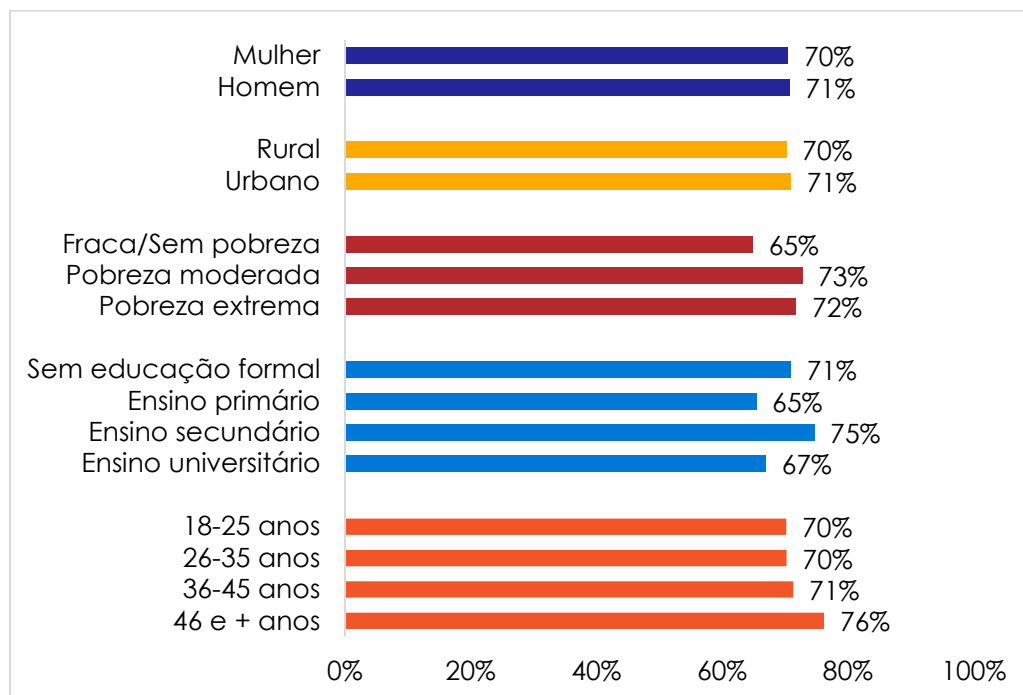
**Figura 11: Com que frequência as crianças em idade escolar ficam fora da escola? | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: Crianças que deveriam estar a estudar ficam fora do sistema de ensino?

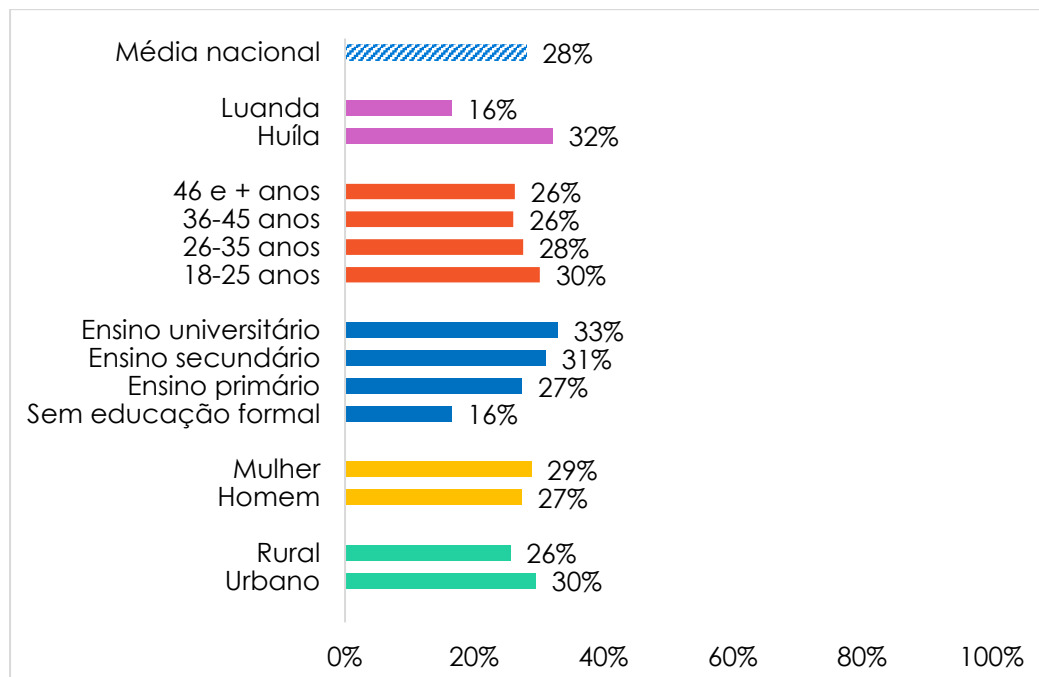


**Figura 12: As crianças em idade escolar ficam fora da escola | por grupos demográficos | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Com que frequência você pensa que as seguintes coisas ocorrem na sua comunidade ou no bairro: Crianças que deveriam estar a estudar ficam fora do sistema de ensino? (% que disse "pouco frequentemente" ou "muito frequentemente")

**Figura 13: Desempenho do governo na gestão das necessidades educacionais? | por grupos demográficos | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Até que ponto você acha que o actual Governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Atender as necessidades educacionais? (% que disse "razoavelmente bem" ou "muito bem")

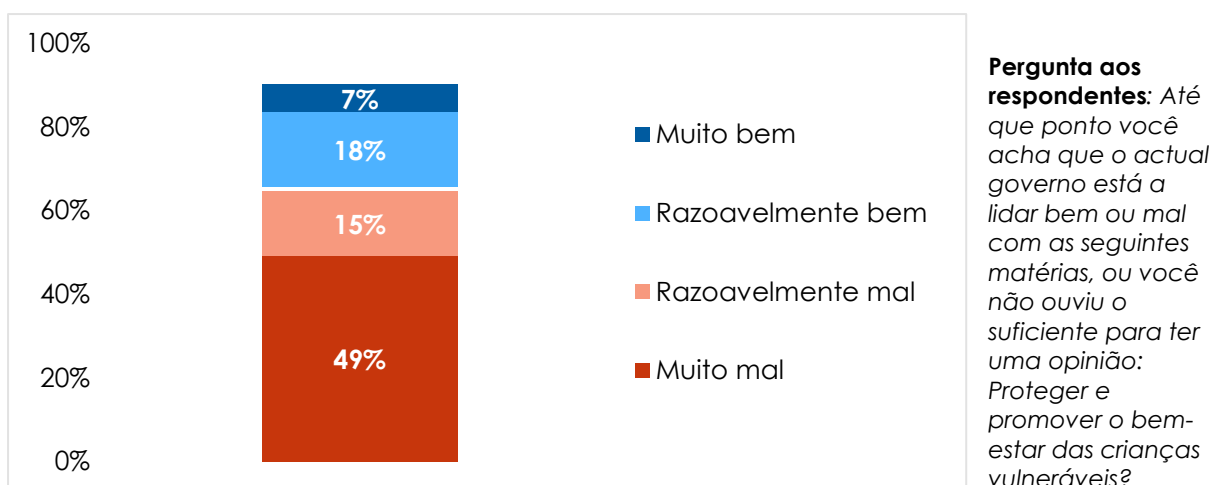
## Desempenho do governo na garantia do bem-estar das crianças

No geral, a maioria dos Angolanos acredita que o governo está a fazer um mau trabalho na proteção e promoção do bem-estar das crianças vulneráveis: 65% dizem que está com um desempenho "mau", incluindo 49% que dizem que é "muito mau." Apenas 25% dos cidadãos aprovam o governo em bem-estar infantil (Figura 14).

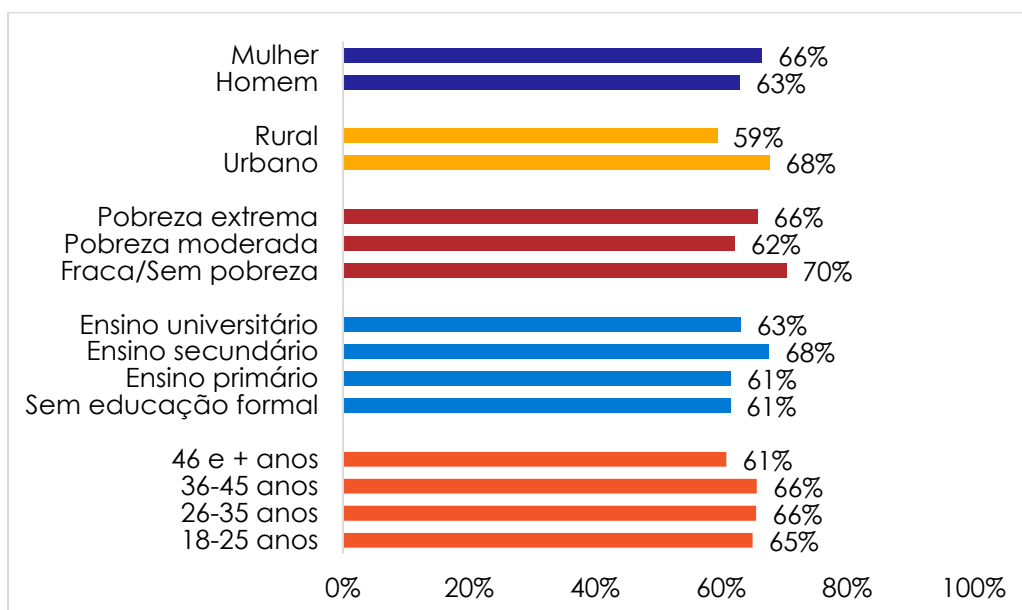
As avaliações negativas do desempenho do governo são mais difundidas entre os residentes urbanos (68%) e cidadãos em melhor situação (70%) do que entre os residentes rurais (59%) e os respondentes mais pobres (62%-66%) (Figura 15). Os cidadãos mais velhos (61%) são menos propensos do que os seus homólogos mais jovens (65%-66%) a dizer que o governo está a fazer um mau trabalho de proteção e promoção das crianças vulneráveis.

**Figura 14: Desempenho do governo na garantia do bem-estar das crianças**

| Angola | 2022



**Figura 15: Desaprovação do desempenho do governo na garantia do bem-estar das crianças** | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Proteger e promover o bem-estar das crianças vulneráveis?

## Conclusão

Os resultados da pesquisa sugerem que em Angola os “11 compromissos com as crianças” estão longe de serem cumpridos. A maioria dos cidadãos descreve o abuso infantil, os maus-tratos e a negligência como comuns na sua comunidade, e apenas metade acha que as crianças afetadas podem obter o apoio de que precisam na sua comunidade. Ainda menos dizem que os recursos estão disponíveis para ajudar as crianças com deficiência ou as crianças com problemas mentais ou emocionais.

A maioria dos cidadãos acreditam que o governo está a fazer um mau trabalho na proteção e promoção do bem-estar das crianças, sugerindo que é necessária uma revisão séria das estratégias de proteção à criança no país.

---

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer  
– sobre qualquer questão, para qualquer país e  
rodada de inquérito. É fácil e gratuito em  
[www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

---

## Referências

- Banco Mundial. (2021). Water and sanitation: A pillar of Angola's development.
- Conselho Nacional da Criança. (2011). Angola – 11 compromissos com a criança: Para um futuro melhor, cuidemos da criança.
- Human Rights Watch. (2022). World report 2022 country chapters: Angola.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). Inquérito de indicadores múltiplos e de saúde (IIMS) 2015-16: Relatório final. Com o Ministério da Saúde (MINSA), Ministério da Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT) e ICF.
- Mattes, R., & Patel, J. (2022). Lived poverty resurgent. Documento de Política do Afrobarometer No. 84.
- Phillips, T. (2021). Children increasingly at risk from climate crisis. Mail & Guardian. 4 Setembro.
- UNICEF. (2023). Humanitarian action for children.
- United Nations. (1989). Convention on the rights of the child.
- U.S. Department of Labor. (2021). 2021 findings on the worst forms of child labor: Angola.

**Edmundo da Costa Francisco** é psicólogo e docente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo - Angola. Email: edcostafrancisco@yahoo.com.

**Carlos Pacatolo** é o investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira nacional do Afrobarometer em Angola, e investigador do CESP – ISP Jean Piaget Benguela - Angola. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

O Afrobarometer, uma entidade sem fins lucrativos com sede em Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. A coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é assegurada pelo Center for Democratic Development (CDD) no Gana, pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da Universidade de Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das Fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam a Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou contactar Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).

Segue as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 613 | 2 de Março 2023